

Simone Mara da Silva

José Hermógenes Moura da Costa

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Formação de Professores/as e PROFSOCIO: Produção de conhecimentos e práticas de ensino de Sociologia na educação básica

O Ensino de Sociologia e o “Problema das Drogas”: Uma proposta de material pedagógico para a mediação dos conhecimentos da Sociologia no ensino médio

Belém, Pará

2021

## RESUMO

A presente comunicação trata-se de desdobramento de pesquisa em andamento no âmbito do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. O objetivo principal é compreender como o “Problema das Drogas” pode contribuir para a abordagem de conhecimentos das Ciências Sociais no Ensino Médio. De orientação qualitativa, a pesquisa tem aporte teórico-metodológico em estudos que ressaltam a complexidade do fenômeno do consumo de drogas, destacando seus aspectos históricos e socioantropológicos, bem como, tem a análise de conteúdo como perspectiva analítica. Num primeiro momento, o objetivo do estudo foi o escrutínio dos livros didáticos de Sociologia do Ensino Médio aprovados pelo Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2018. Pretendeu-se verificar se o problema das drogas aparece no livro didático de Sociologia; caracterizar como essa questão do consumo de substâncias psicoativas é apresentada e discutida pelas Ciências Sociais nos livros didáticos analisados para, a partir dessas constatações, propor a utilização da problematização de tal fenômeno como temática central para a abordagem de conteúdos da Sociologia no Ensino Médio. Como produto final, pretende-se elaborar uma história em quadrinhos (HQ) sobre o tema referido, que deverá ser testada como material de apoio pedagógico para a mediação de conhecimentos das Ciências Sociais no contexto da educação básica.

Palavras-Chave: Problema das drogas; Livros didáticos; Ensino de Sociologia.

## INTRODUÇÃO

Tratado como questão de primeira ordem, o chamado “Problema das Drogas” vem levantando vozes contundentes de diversas fontes – jurídico-policiais, médicas, religiosas – motivando apaixonados debates nas sociedades contemporâneas. Em comum: certa perspectiva que demoniza substâncias inanimadas, atribuindo-lhe poderes de agência sobre indivíduos, grupos, nações. A Doutrina Proibicionista, primeiramente fomentada pelos Estados Unidos que, por sua influência, acaba orientando as políticas públicas para o tema em boa parte das nações Ocidentais, tem reforçado esses discursos que seguem demonizando determinadas substâncias, demandando do Estado a criação de políticas de repressão da produção, comercialização e consumo.

Dessa forma, tais políticas também têm influenciado os modos de lidar com pessoas usuárias, bem como as estratégias de, supostamente, precaver o possível consumo pelas populações. No caso da definição da situação do usuário de drogas, categorias como estigma e rotulação social são centrais (MOTA, 2005), culminando em processos de marginalização e violação de direitos fundamentais dessas pessoas.

No tocante ao debate sobre o consumo de drogas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na década de 1970, convocou especialistas de diversos países para discutir abordagens preventivas, colocando a escola como espaço privilegiado para a implementação de um projeto que tinha como objetivo desenvolver atividades preventivas e de promoção da saúde (MOREIRA; SILVEIRA;

ANDREOLI, 2006).

Seguindo orientações da Unesco, os países membros passam a propor estratégias de prevenção ao uso de drogas e promoção da saúde nos ambientes escolares, destacando-se as importantes intersecções entre saúde e educação.

Promoção de saúde significa desenvolver ambientes saudáveis, sendo contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no tema transversal Saúde. Os PCNs selecionam os conteúdos seguindo alguns critérios, um destes critérios é a prevenção de riscos, dentre eles, o uso indevido de drogas tem destaque. Entretanto, apesar do conteúdo drogas constar nos PCN, a escola quando trata desta temática tende a fazer sob o manto da prevenção do uso e, mesmo assim, ainda de forma precária. Geralmente, a abordagem do tema tendeu a ser feita em situações específicas de suspeita de uso e/ou “tráfico” de substâncias psicoativas por algum estudante, ou em espaços e arredores da unidade escolar. A “prática pedagógica” comumente adotada, segue o modelo de ações que envolvem: a) punição exemplar, suspensão e/ou expulsão do(as) acusado(as), o que pode repercutir de modo decisivo em processos de identificação social de estudantes acusados/rotulados de “drogados”; b) junto a realização de palestras, ministradas por “especialistas” – não raro, agentes da segurança pública (PM), profissionais de saúde e ex-usuários (COSTA, 2016; 2019).

Tais ações partem do pressuposto de que seria possível prevenir o uso de drogas como se previne doenças infecciosas, orientadas em uma pedagogia do terror e do medo. Contudo, também veremos em algumas escolas do Vale do São Francisco, propostas de abordagens alternativas sobre o tema das drogas na Educação Básica, através de projetos que se propõem interdisciplinares, no geral, vivenciados pelos componentes curriculares da área de ciências da natureza (ciências, química e biologia). É fundamental que componentes curriculares mais diretamente ligados à área da saúde abordem a questão das drogas. Entretanto, devido a sua complexidade biopsicossocial, o problema das drogas demanda, também, uma abordagem qualificada de aspectos históricos, antropológicos, políticos e sociais. Portanto, abordagem que poderia, ou deveria, ser contemplada pelos componentes curriculares afins. Não se trata aqui de uma constatação da negligência destes componentes com referência à questão das drogas. No entanto, de maneira geral, a prática referida parece reduzir a temática a atividades pontuais – palestras, projetos – quando, em verdade, deveria ser tratada como conteúdo, atravessando os vários componentes curriculares no percurso do ano letivo,

Assim, pensando em potencializar o ensino de Sociologia na educação básica, vê-se o problema das drogas como importante mediador dos conteúdos desse componente curricular

e, nesse sentido, ressalta-se a oportunidade de utilizar o tema, tanto para a abordagem de conhecimentos da Sociologia, como para levá-lo ao centro dos debates a partir de uma abordagem diferente da que vimos comumente – a realização de palestras - assentando as discussões nas contribuições das Ciências Sociais para uma melhor compreensão da complexidade do fenômeno do consumo de drogas.

Nessa perspectiva, o objetivo do projeto, em desenvolvimento no âmbito do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO/UNIVASF, é problematizar como a questão das drogas pode contribuir para a abordagem de conhecimentos das Ciências Sociais no Ensino Médio. Mais especificamente, pretende-se verificar se o problema das drogas aparece no livro didático de Sociologia do Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2018; caracterizar como essa questão é apresentada e discutida pelas Ciências Sociais nos livros didáticos analisados para, a partir disso, elaborar material pedagógico a ser testado na mediação de conteúdo do componente curricular Sociologia no Ensino Médio.

De caráter eminentemente qualitativo, num primeiro momento, o estudo fez o exame minucioso dos cinco livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018, são eles: Sociologia (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016), Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (BOMENY *et al* 2016), Sociologia Hoje (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017), Sociologia para Jovens do Século XXI (OLIVEIRA; COSTA, 2016) e Sociologia em Movimento (SILVA *et al* 2016). A opção por iniciar pelo escrutínio dos livros didáticos deveu-se ao fato de ser um material que faz parte do currículo oficial, cujo intuito é a transposição pedagógica dos conhecimentos acadêmico-científicos das Ciências Sociais para uma linguagem didático-pedagógica, aparecendo como aliado fundamental do(a) professor(a) e estudantes nos processos ensino-aprendizagem. A análise buscou responder: a) afinal, como a questão das drogas tem aparecido nos livros de Sociologia da Educação Básica; b) como tem sido apresentada e discutida pelas Ciências Sociais nos esforços de transposição didática.

Instigados por tais inquietações, procedeu-se à análise das obras fundamentada na perspectiva da Análise de Conteúdo (AC) preconizada por Laurence Bardin (1977). A AC é instrumento analítico que tem, em geral, três etapas: 1) “Pré-análise” – fase de organização, momento em que o pesquisador avalia e separa o que é pertinente ser levado para a análise; 2) “Exploração do material” – refere-se a codificação e categorização do material; 3) “Interpretação” – consiste no tratamento dos dados e na descrição das partes relevantes, através da codificação assimilada nas unidades de registro e de contexto formuladas antecipadamente.

A fim de atingir os objetivos propostos pela pesquisa, seguiu-se as três etapas indicadas. Iniciou-se com o processo de leitura flutuante empregando o tema “problema das drogas” como unidade de registro e o livro didático como unidade de contexto. Procurou-se identificar nos livros as referências ao tema e, nesse processo, inicialmente, buscou-se palavras e/ou expressões que tivessem relação com a temática verificando a ocorrência/frequência com que elas apareceram. Finalizada esta etapa, fez-se o agrupamento dessas palavras/expressões construindo as seguintes categorias: substâncias lícitas; substâncias ilícitas; drogas, crime e violência; relação indivíduo e drogas; drogas, práticas políticas e sociais e sentimentos relacionados às drogas. A partir das categorias construídas, foi feita a descrição, análise e interpretação dos dados.

Avaliou-se que os livros, de forma geral, abordam a questão das drogas, inserindo-a em temas trabalhados pela Sociologia no Ensino Médio, tais como Movimentos Sociais, Juventude, Violência Urbana e Criminalidade. Entretanto, em algumas obras a questão das drogas é apenas citada ou utilizada, tão somente, para exemplificar determinadas situações sem que haja problematização mais contundente sobre o problema das drogas. Por outro lado, destacou-se duas obras que trouxeram discussões bem aprofundadas, abordando questões relevantes sobre as consequências da chamada “guerra às drogas” como a criminalização da pobreza e o encarceramento em massa.

A análise dos livros didáticos e a interpretação dos dados, de maneira geral, permitiu a confirmação da premissa de que o problema das drogas é um tema motivador para a abordagem de conteúdos da Sociologia no contexto da educação básica, o que possibilitou pensar na elaboração de material pedagógico para trabalhar os conhecimentos deste componente curricular tendo como ponto de partida a questão das drogas.

### **O chamado ‘problema das drogas’ – algumas provocações**

Em verdade, grande número de indivíduos faz uso de substâncias psicoativas no seu dia-a-dia. Substâncias como o café, o chocolate, o açúcar, o álcool, o tabaco e a *cannabis*, por exemplo, são utilizadas com frequência por uma enorme parcela da população mundial, no contexto da sociedade de consumo. Na história da humanidade, o emprego de substâncias que alteram os estados da consciência é realidade milenar e universal. Contudo, algumas foram elevadas à categoria (moral) *drogas*, vindo a serem tornadas ilícitas. De acordo com Carneiro (2018, p. 16), “o conceito de droga aparece na história cultural contemporânea, concomitantemente, como um fantasma do mal e como um emblema da saúde. Ora causando

medos irracionais, ora atuando como panaceia de todos os males”.

Se comumente fazemos uso dessas substâncias, algumas agora concebidas a partir da categoria *droga*, então concordamos com Carneiro, quando ele afirma que:

Somos todos drogados, mas se define pouco explicitamente a natureza comum de se tomar remédios psicoativos, bebidas alcólicas, tabaco, café e substâncias ilícitas, separados por cargas simbólicas altamente significativas decorrentes de seus diferentes regimes de normatização. A justificativa aparente da regulamentação diferenciada das substâncias psicoativas seria a dos seus danos potenciais comparados, mas a evidência científica demonstra não ser esse o critério (CARNEIRO, 2018, p. 18).

A reflexão do autor é com relação à partilha moral (médico-legal) (VARGAS, 2008) surgida no início do século XX, quando determinadas substâncias psicoativas passaram a ser classificadas por critérios biomédicos e jurídico-policiais como de uso permitido ou proibido. É dessa forma que o álcool, mesmo causando muitos danos à saúde, será classificado como uma “droga lícita”, o café não receberá a classificação de droga e a maconha, por exemplo, será considerada “droga ilícita”. Dessa maneira, mesmo sabendo que “droga” tanto pode ser remédio, veneno ou alimento, a esta palavra associamos apenas as substâncias que têm seu uso proibido por lei.

Falando em substâncias de uso penalmente proibido, não podemos deixar de tratar sobre a doutrina político-moral que irá orientar as formas como as nações ocidentais lidam com o fenômeno milenar e universal do consumo de determinadas substâncias psicoativas, a chamada “Doutrina Proibicionista” (RODRIGUES, 2008b). Tal doutrina, que não se trata apenas de uma doutrina legal, mas de uma prática moral e política que defende que o Estado deve, por meio de leis próprias, proibir determinadas substâncias e reprimir seu consumo e comercialização (RODRIGUES, 2008b), foi também adotada pelo Brasil como política de “combate às drogas”, “seguindo naturalmente as diretrizes dadas pelas proibicionistas convenções internacionais de que o nosso país, como quase todos os demais Estados nacionais, é signatário” (KARAM, 2008, p. 105).

Dessa forma, como asseveram Lemgruber *et al* (2021), a escolha pela adoção do proibicionismo como forma de lidar com o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas, ao contrário do que pensa o senso comum, não é um imperativo moral, mas uma escolha política que, sob o pretexto de acabar com a produção, a comercialização e o consumo, acaba impactando em prejuízos sociais e econômicos importantes.

O proibicionismo, que teria como objetivo inicial “preservar a saúde física e moral da humanidade” (UNODC, 1961 *apud* LEMGRUBER *et al*, 2021, p. 09), apresenta outros

objetivos não declarados que, de acordo com alguns estudiosos, desembocariam na criminalização de determinados estratos sociais. Conforme Lemgruber *et al* (2021), a origem desta doutrina teve o racismo como fundamento. Nos Estados Unidos, por exemplo, o uso de cocaína foi associado aos homens negros e pobres, que foram acusados de, sob o efeito desta substância, cometerem violência sexual contra mulheres brancas (LEMGRUBER *et al*, 2021; ESCOHOTADO, 2008).

Já no Brasil, os negros foram associados ao uso da *cannabis* (maconha) e nós estamos entre os pioneiros na proibição da venda e consumo dessa substância. Em 1830, na cidade do Rio de Janeiro, teremos a proibição da venda e consumo do “pito do pango” (cigarro de maconha), cujo hábito de fumar, trazido como tradição por grupos negros escravizados, era comum entre distintas populações negras. O código de postura editado na capital do império, multava estabelecimentos que comercializassem a substância e prendia os consumidores, em sua maioria, negros e negras (FRANÇA, 2015; AVELAR, 2014).

E apesar do hábito de consumir *cannabis* ser associado aos negros, não é possível saber ao certo quem o introduziu na nossa cultura, pois tanto os africanos trazidos para cá como escravos conheciam a planta e apreciavam os seus efeitos inebriantes, como os marinheiros portugueses também eram adeptos do *canabismo* e conheciam a cultura da *cannabis* (FRANÇA, 2015). Mas, de acordo com França (2015, p.27-28), isso importa pouco, pois “foram, sem dúvida, os africanos e seus descendentes que consolidaram na sociedade local o hábito do *canabismo*”, e foram a eles que os brasileiros associaram o gosto pela planta.

Foram também a eles que juristas e psiquiatras da época resolveram culpar pela suposta propagação do “nefando vício” na nossa sociedade, a exemplo do Dr. Rodrigues Dória, para quem a propagação do vício da maconha no Brasil pelos descendentes de africanos teria sido, supostamente, uma vingança pela escravidão (FRANÇA, 2015).

De forma semelhante, as primeiras leis nos EUA que irão proibir o consumo da maconha, terão relações com a perseguição a migrantes mexicanos, que traziam o hábito tradicional de fumar as flores da *cannabis sativa* (ESCOHOTADO, 2008). Portanto, é possível perceber que a intenção da proibição dessas substâncias não era apenas preservar a saúde física e mental da humanidade, mas servir também como fator de pânico moral na estigmatização de minorias étnico-raciais (RODRIGUES, 2008b).

Aliás, o estigma é uma categoria essencial para a compreensão da “situação da pessoa usuária de drogas proscritas” (COSTA, 2016, p. 238). Para a Sociologia, o conceito de estigma está relacionado com a forma com que um determinado grupo caracteriza outro grupo conferindo-lhe um grau de inferioridade. Em Goffman (1978), esta categoria é usada para

fazer referência a atributos extremamente depreciativos. No caso das drogas proscritas, devido aos aspectos históricos da proibição, na nossa sociedade o hábito de consumi-las é considerado uma prática depreciativa, portanto com potencial de demarcar a identidade social daquele que o pratica. Nesse sentido, este atributo profundamente depreciativo irá se sobressair sobre todos os outros atributos que o indivíduo ou grupo prove possuir. No caso da associação de determinadas substâncias psicoativas a algumas minorias, o estigma das drogas assume um papel importantíssimo de categorização desses grupos como indignos e perigosos, dando a tônica para a sua marginalização e perseguição, fato que ocorre a vários séculos.

Nos dias atuais, a política de drogas no nosso país que, apesar de algumas mudanças ainda segue a orientação da doutrina proibicionista, tende a direcionar suas ações para a criminalização de determinados grupos sociais. Como apontam Oliveira e Ribeiro (2018, p. 36), existe uma seletividade nessa política que atua como “instrumento de manutenção de um conjunto de injustiças que são fruto de um perverso regime realizado por meio de uma economia de violências que produz efeitos ainda hoje”. Os autores se referem aos constantes processos de criminalização e injustiça contra a população negra que, outrora escravizada, ao tornar-se livre, foi abandonada à própria sorte e sem nenhuma reparação, restando para ela apenas “os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de homem livre” (SOUZA, 2017, p. 77). Nesse contexto de abandono, o negro ficou marcado como “inimigo da ordem”, uma definição criada pelos escravistas quando diziam ter medo da “rebelião negra” depois da abolição. A expressão “inimigo da ordem” provém do entendimento de “ordem no sentido moderno de significar decoro, respeito à propriedade e segurança” (*Ibid*, p. 78). Seguindo Souza, é a partir daí que se legitima o uso da força policial para reprimir, intimidar e humilhar setores pobres da população, fato que vemos acontecer rotineiramente. E com relação à lei de drogas, que para muitos estudiosos é responsável pelo encarceramento em massa no país, são os setores pobres da população, compostos por maioria negra, os mais penalizados.

Acerca desse tema, Juliana Borges (2019) destaca o hiperencarceramento da população prisional, sendo a maioria dessa população composta por pessoas negras o que, segundo a autora, revela uma hierarquia racial que reforça o racismo penalizando essa parcela da população. Quanto a isso, o levantamento de informações penitenciárias, realizado no período de janeiro a junho de 2020, apontou que do total de 599.932 encarcerados com informação sobre cor/raça, os pretos e pardos somam 397.816, o que corresponde a 66,31% da população carcerária do país. Com relação ao número de encarcerados cumprindo pena por



crimes relacionados às drogas, estes correspondem a 232.341 pessoas de um total de 717.322, o que equivale a 32,39% dos encarcerados. Vale destacar que apesar da maioria da população brasileira ser formada por pretos e pardos, correspondendo a 56,2% da população, o percentual altíssimo do encarceramento dessas pessoas não se justifica por esse motivo. O problema do encarceramento de negros é uma questão complexa que tem relação com o racismo e com a discriminação racial desde o período da colonização do Brasil.

Como pudemos observar, a questão das drogas e, especificamente, as formas de lidar com o seu consumo, impactam, sobretudo, nas vidas de uma parcela da população que, já tão penalizada pela falta de direitos (civis, sociais e políticos), se veem criminalizadas e vitimadas. Nesse sentido, a nossa reflexão gira em torno do problema das drogas provocado não somente pela substância em si, mas também pelas políticas que criminalizam, encarceram e matam parte de uma população com a prerrogativa de uma guerra contra substâncias que, inanimadas, assumem, a partir do discurso proibicionista, um poder de agenciamento de condutas.

O problema das drogas, ou melhor, os problemas que envolvem as drogas e que são provocados, sobretudo, pela chamada guerra às drogas, também não repercutem apenas nas vidas de quem comercializa ou consome substâncias psicoativas. Como vimos, diariamente, ele repercute na vida de milhares de pessoas de determinados estratos sociais, classe e raça, causando violência e morte de crianças, adolescentes e jovens, principalmente<sup>1</sup>. Nesse sentido, o problema não se encontra, apenas, no uso abusivo que se faz das drogas, mas nas formas como a sociedade em geral lida com a questão. Não queremos dizer aqui que substâncias psicoativas não sejam nocivas e que os abusos não são reais. O que queremos enfatizar é que a questão das drogas e sua repercussão nas muitas vidas brasileiras, trazem para a reflexão uma gama de questões que, no contexto das aulas de Sociologia no Ensino Médio, podem ser estudadas, refletidas, analisadas na perspectiva das Ciências Sociais, contribuindo, a um só tempo, para a apreensão de conhecimentos desse componente curricular como também para um olhar mais ampliado acerca do fenômeno do consumo de substâncias psicoativas em sua complexidade socioantropológica e biopsicossocial.

---

<sup>1</sup> No mês de fevereiro de 2021, oito pessoas foram atingidas por balas perdidas em confrontos entre a polícia e criminosos no Rio de Janeiro. Duas dessas oito pessoas eram crianças com idade inferior a 12 anos, cinco eram adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos e um era idoso, com idade a partir de 60 anos. Destas, uma criança e dois adolescentes morreram. Conferir informação em: <https://fogocruzado.org.br/relatorio-grande-rio-fevereiro-2021/>.

## A Sociologia e a questão das drogas

De acordo com Bauman e May (2010), a Sociologia, enquanto um dos ramos das Ciências Sociais que estuda as ações humanas, tem uma maneira singular e própria de analisá-las e interpretá-las, distinguindo-se das outras ciências porque aborda essas ações em contextos mais amplos. Assim, a Sociologia compreende os atores sociais como envolvidos em uma rede de dependências mútuas, ou seja, a história de cada ator social estaria entrelaçada aos fenômenos mais amplos da sociedade (*Idem, Ibidem*). Já como disciplina escolar, a Sociologia oferece aos estudantes as ferramentas necessárias para que eles possam refletir sobre os conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais, movimentando esses conhecimentos para compreender o mundo em que vivem.

Na realidade brasileira, a Sociologia enquanto disciplina escolar só se tornou obrigatória na educação básica recentemente. Com uma história bastante diferente da história de outras disciplinas, a Sociologia enfrenta dificuldades e desafios para sua permanência no Ensino Médio devido a suas idas e vindas no currículo desta modalidade. Isto impactou na formação de uma comunidade consolidada de professores de Sociologia do Ensino Médio, o que contribuiria em consensos nos diálogos a respeito de conteúdos, metodologias e recursos para a realização do trabalho na área (BRASIL, 2006). Entretanto, vimos nos últimos anos uma ampliada mobilização em busca da consolidação da Sociologia na última etapa da educação básica. Como exemplo, o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, ao qual esta pesquisa está vinculada, que visa à capacitação de professores/as de Sociologia que atuam na Educação Básica ou àqueles que desejam atuar. Nesse sentido, o PROFSOCIO tem proposto pesquisas relacionadas ao ensino de Sociologia, com vistas a pensar tecnologias que possam contribuir de forma qualificada com as práticas pedagógicas dos professores que lecionam este componente curricular nas escolas brasileiras.

Acerca disso, o propósito desta pesquisa é produzir material pedagógico para ser utilizado nas aulas de Sociologia com vistas à abordagem de temas, conceitos e teorias desta disciplina tendo o chamado problema das drogas como mediador. Mais especificamente, pretendemos partir desta questão para trabalhar os conceitos de raça, racismo e discriminação racial nas aulas de Sociologia, pois como vimos no decorrer das discussões que propusemos aqui, historicamente as questões que envolvem o fenômeno do consumo de drogas nas sociedades ocidentais têm uma estreita relação com a marginalização, estigmatização e criminalização de grupos sociais distintos. Mas, com mais esforço, a criminalização da

população negra como vimos ocorrer tanto nos Estados Unidos como no Brasil nos finais do século XIX e início do século XX, a partir da doutrina proibicionista.

Nesse sentido, a nossa pesquisa que é de caráter eminentemente qualitativo, visou problematizar como a questão das drogas pode contribuir para a abordagem de conhecimentos das Ciências Sociais no Ensino Médio. Inicialmente procuramos verificar se o problema das drogas aparecia no livro didático de Sociologia do Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2018, bem como visamos caracterizar como essa questão é apresentada e discutida pelas Ciências Sociais nesse material. O objetivo desta verificação é identificar entrelaçamentos entre temas, conceitos e teorias das Ciências Sociais e o chamado problema das drogas como subsídio à posterior elaboração de material pedagógico a ser testado na mediação de conteúdo do componente curricular Sociologia no Ensino Médio.

As obras didáticas analisadas foram: Sociologia (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016), Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (BOMENY *et al* 2016), Sociologia Hoje (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2017), Sociologia para Jovens do Século XXI (OLIVEIRA; COSTA, 2016) e Sociologia em Movimento (SILVA *et al* 2016). A escolha das obras se deu por ser material que faz parte do currículo oficial, que tenta traduzir os conhecimentos das ciências sociais produzidos na academia para uma linguagem didática e pedagógica, e por ser “um aliado do professor e do aluno no processo ensino-aprendizagem, além de um potencial divulgador da ciência de referência” (MAÇAIRA, 2017, p. 01). A análise seguiu as orientações da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). A análise de conteúdo tem três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação. Na pesquisa, seguimos as três etapas.

Na fase da pré-análise, no processo de leitura flutuante, deixamos fluir as impressões que o material nos proporcionou e iniciamos a construção dos dados empregando o tema “problema das drogas” como unidade de registro e o livro como unidade de contexto. Procuramos identificar nos livros as referências ao problema das drogas e, nesse processo, inicialmente buscamos e freqüenciamos a ocorrência de palavras e/ou expressões que tivessem relação com o tema. Dessa busca, identificamos e freqüenciamos a ocorrência das seguintes palavras e/ou expressões: tráfico de drogas (22), cigarro (12), remédios (10), álcool (8), ópio (8), maconha (7), cocaína (7), medicamentos (6), Narcotráfico (5), vinho (4), legalização das drogas (3), descriminalização das drogas (3), crack (3), narcotraficante (2), uso de/das drogas (2), abuso de drogas (2), bebidas alcólicas (2), tabaco (2), tráfico internacional de drogas (2), comércio de drogas (1), comércio de drogas ilícitas (1), comércio mundial de drogas (1), tráfico de cocaína no mundo (1), tráfico internacional de cocaína (1),

tráfico de cocaína (1), tráfico de armas e drogas (1), tráfico humano e de drogas(1, traficantes de heroína (1), contrabando de drogas (1), principais produtores de cocaína (1), comércio varejista de drogas (1), viciados em drogas (1), consumidores de drogas (1), usuário de drogas (1), portar ou comercializar drogas (1), decepção das drogas(1), consumo de cocaína (1), consumo de drogas (1), consumo de drogas ilícitas (1), sob efeito de drogas (1), contato com as drogas (1), preocupação com as drogas (1), abuso direto de drogas(1), consumidores de drogas (1), cultivo de maconha (1), alcoolismo (1), crimes relacionados às drogas (1), guerras do ópio (1), legalização da maconha (1), marcha da maconha (1), legislação sobre drogas (1), políticas de drogas (1), questão das drogas (1), combate às drogas (1), guerra às drogas (1), champanhe (1), rum (1), heroína (1), cigarro de maconha (1), indústria da droga (1), indústria do tráfico (1).

Após esta etapa, fizemos o agrupamento das palavras e/ou expressões resultando nas seguintes categorias de análise:

**Tabela 1:** Categorias Analíticas

<b>ORDEM</b>	<b>CATEGORIAS</b>	<b>OBSERVAÇÕES SOBRE OS AGRUPAMENTOS</b>
1	Substância Lícitas	Relativo a todas as substâncias lícitas de venda liberada ou controlada, como bebidas alcóolicas, tabaco, medicamentos etc.
2	Substâncias Ilícitas	Relativo a todas as substâncias qualificadas como ilícitas e de produção, comércio e consumo proibidos, como ópio, maconha, cocaína, crack etc.
3	Drogas, crime e violência	Relativo às práticas de indivíduos envolvendo as substâncias qualificadas como “drogas” e que são relacionadas ao crime e à violência (tráfico, narcotráfico, narcotraficante, etc).
4	Relação indivíduo e drogas	Relativo às relações estabelecidas entre o indivíduo e o consumo de substâncias lícitas e ilícitas (consumo de drogas, alcoolismo, uso abusivo de drogas, etc).
5	Drogas, práticas políticas e sociais	Relativo a atitudes sociais e políticas diante da questão das drogas (descriminalização das drogas, legalização da maconha, marcha da maconha, política de drogas, etc)
6	Sentimentos relacionados às drogas	Relativo aos sentimentos provocados nos indivíduos em relação às drogas (preocupação com as drogas, decepção das drogas, etc)

**Fonte:** Elaboração própria

Procedeu-se à descrição das partes relevantes de cada obra separadamente, à análise e à interpretação dos dados. Devido ao formato deste trabalho (artigo), aqui vamos apenas nos referir aos destaques que consideramos mais relevantes.

De forma geral, as cinco obras abordam a questão das drogas, seja citando-a para exemplificar situação específica de determinado contexto ou para problematizar de forma mais profunda o problema. Como exemplo, a obra *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, refere-se à questão da descriminalização das drogas quando está tratando sobre a diversidade do país e as desigualdades dentro dessa diversidade. Segundo as autoras, a vida em sociedade provoca tensões porque “o que uns escolhem ou defendem pode parecer ofensivo a outros” (BOMENY, *et. al.* 2016, p. 224), como por exemplo defender ou condenar a legalização do aborto ou a descriminalização das drogas. Aqui, a questão das drogas foi citada como exemplo de tensões que a vida em sociedade pode provocar devido às escolhas dos indivíduos ou grupos.

Em capítulo intitulado “Violência, crime e justiça no Brasil”, as autoras discorrem sobre as causas da violência e do crime com base em estudos de cientistas sociais, dentre tantos, a cientista social Alba Zaluar para quem a violência estaria associada à desigualdade no contexto da sociedade de consumo e, por isso, jovens pobres optariam por fazer parte de redes criminosas porque elas poderiam oferecer prestígio e poder. De acordo com as autoras, “junto ao prestígio e poder possibilitados pelos lucros com o comércio de drogas ilícitas, muitas vezes vem a morte precoce e violenta” (BOMENY *et al.*, 2016, p. 322).

Na obra *Sociologia para Jovens do Século XXI*, os autores problematizam a questão das drogas logo no primeiro capítulo quando estão tratando sobre o objeto de estudo da Sociologia. Eles apresentam um texto sobre os males causados pelo cigarro e vão discorrendo sobre como cada ciência compreende e explica esses males. Destacam alguns questionamentos que ciências como a química, a biologia e a psicologia, por exemplo, não conseguiriam responder, como saber porque o cigarro continua sendo produzido maciçamente, mesmo a indústria sabendo que ele é prejudicial à saúde e porque os governos, apesar das novas regras de propaganda, continuam permitindo a venda de cigarro e proibindo a venda de maconha. Eles esclarecem que se trata de entender os interesses econômicos das multinacionais dentro do sistema capitalista que seria o lucro, e dizem que a Sociologia é capaz de responder a tais questionamentos, pois sendo o capitalismo um sistema econômico, político e social, ele é um objeto de estudo desta disciplina.

Em outro capítulo desta mesma obra, agora sobre violência urbana e desigualdades sociais, os autores discutem as causas da criminalidade e da violência urbana. Recorrendo ao

problema das drogas com frequência, eles apontam que a violência urbana e a criminalidade tem relação com a falta de cidadania e de acesso a condições de vida digna, provocados por um sistema econômico e social maior que produz seres descartáveis e muita desigualdade social. Entretanto, os autores asseveram que, felizmente, não são todas as pessoas que recorrem ao crime e à violência. Contudo, eles acrescentam que são as populações mais vulneráveis – moradores de periferias e favelas das grandes cidades em sua grande maioria pretos e pardos - que sofrem com as ações do Estado no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

Neste mesmo capítulo, os autores trazem um texto com o título “Drogas: brancos que produzem, brancos que consomem...negros que consomem e morrem...”. Nesse texto, eles discutem o poder econômico que redes criminosas mundiais possuem e dizem que essas redes só sobrevivem através da corrupção e intimidação de funcionários do Estado e pela violência que assegura todo o conjunto de transações. Fazem destaque para a indústria do tráfico que é totalmente internacionalizada, com divisão de trabalho e produção e que nessa divisão de trabalho, a mão de obra barata do tráfico é constituída de moradores de periferias e favelas das grandes cidades, em sua maioria pretos e pardos. E são nessas localidades que o Estado atua na repressão ao tráfico de drogas, quando deveria atuar na fonte, ou seja, no atacado das drogas que não se encontra nas comunidades pobres (OLIVEIRA; COSTA, 2016).

Conforme mencionado, as cinco obras trazem a questão das drogas para discussões, algumas de forma mais profunda, como o livro Sociologia para Jovens do Século XXI, outras com menos ênfase, como a obra Sociologia (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016) que citou algumas poucas vezes o tema em dois dos doze capítulos que compõem a obra: o capítulo que trata dos movimentos sociais e o capítulo sobre a juventude. No capítulo sobre Juventude, as autoras apontam para o estigma que os jovens pobres e negros sofrem por serem moradores de áreas periféricas. Também apresentaram discussões a partir de resultados de pesquisa de opinião pública da Agenda Juventude Brasil realizada pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) que apontou que uma das grandes preocupações dos jovens está relacionada às drogas e que o poder dos traficantes é um dos vários problemas que mais os incomodam.

No livro Sociologia Hoje, os autores propõem reflexões sobre o problema das drogas, embora de maneira cuidadosa. Eles não deixam transparecer as suas opiniões sobre o tema, mas trazem representações que podem instigar o interesse do estudante em aprofundar as suas reflexões sobre ele como quando sugerem leituras, pesquisas e filmes. Em Sociologia em Movimento, a questão das drogas aparece em capítulo que aborda o tema “Movimentos Sociais” quando os autores apresentam um texto intitulado “Os movimentos de legalização

das drogas: o caso da maconha” na seção “Considerações Sociológicas” que, segundo os autores, tem o propósito de esmiuçar “um tema vinculado ao capítulo para revelar os diferentes pontos de vista com base nos temas estudados” (SILVA et. al, 2016, p. 05). O texto traz reflexões sobre a questão das drogas, colocando em debate as maneiras de atuação do Estado na prática da Guerra às Drogas. O texto proporciona problematizações acerca do problema das drogas ao dizer, por exemplo, que a guerra às drogas é, na realidade, uma guerra aos pobres, ou ao se referir às mortes que, de acordo com o texto, são, na maioria, causadas pelo tráfico e não pelo abuso das drogas.

Em todas as obras analisadas, observamos discussões sobre o problema das drogas incluídas nas temáticas violência urbana, desigualdades, criminalidade, juventude e movimentos sociais e a abordagem desses temas foi fundamentada em teorias e conceitos, como por exemplo as discussões de Maria da Glória Gohn (movimentos sociais), Alba Zaluar (violência urbana); Sociologia da Juventude (Karl Mannheim), Lóic Wacquant e a expressão “capitalismo de pilhagem” que diz respeito a um grande negócio capitalista internacional não institucionalizado que se utiliza de mão de obra barata, em sua maioria jovens e negros moradores de periferias. Um negócio que traz consequências catastróficas para a população das grandes cidade (OLIVEIRA; COSTA, 2016). Consideramos que as obras refletem essa questão com base nos conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais, apesar de algumas delas optarem por não aprofundar as discussões. De certa forma, a análise dos livros permitiu a confirmação da premissa de que o problema das drogas é um tema motivador para a abordagem de conteúdos da Sociologia no contexto da educação básica, o que possibilitou pensar na elaboração de material pedagógico para trabalhar os conhecimentos deste componente curricular tendo como ponto de partida a questão das drogas.

Partindo desse quadro, nossa proposta de material é uma História em Quadrinhos (HQ) que parte de uma história envolvendo dois jovens de classe e cor/etnia diferentes, ambos consumidores de substâncias psicoativas que, envolvidos em uma abordagem policial, acusados por tráfico de drogas, recebem um tratamento distinto por parte da justiça. A partir disso, discutimos os conceitos de raça, racismo e discriminação racial, com base na história narrada e em dados inseridos na HQ. A escolha da HQ como material pedagógico se deu por ser de grande aceitação do público jovem e também por ser utilizada na educação para incentivar a leitura e instigar debates e reflexões sobre determinado tema (SANTOS; VERGUEIRO, 2012, p. 84).

Os temas que serão trabalhados se alinham à competência cinco (5) da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas constante da Base Nacional Comum Curricular

(BNCC) que trata de “identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (BRASIL, 2018, p. 577), além de estarem atrelados ao conteúdo “Indivíduo e Sociedade” que é trabalhado pela Sociologia no Ensino Médio. A HQ está em processo de finalização, devendo ser testada entre os meses de junho e julho de 2021.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fenômeno do consumo de substâncias psicoativas revela uma complexidade biopsicossocial e, devido a tal complexidade, entendemos que as Ciências Sociais trazem contribuições muito oportunas para a compreensão mais aprofundada dessa questão. No caminho dessas contribuições, as Ciências Sociais têm apontado as características, interesses e motivações envolvidas na construção da chamada "Doutrina Proibicionista", doutrina legal, política e moral, que vem orientando as ações dos governos no tocante ao uso de determinadas substâncias, partindo da premissa de que o Estado deve reprimir a produção, comercialização e consumo.

Na medida em que se ressalta determinados aspectos históricos e sociológicos relacionados a constituição dessa doutrina, podemos perceber que ela serviu também para legitimar práticas racistas e discriminatórias que estigmatizam e marginalizam minorias associadas a tais práticas. Dessa maneira, quando abordamos a complexidade sociohistórica das "maneiras de pensar, agir e sentir" em relação ao uso (e usuários) de determinadas substâncias, demonstramos que a abordagem do problema das drogas a partir das Ciências Sociais, pode servir de motivação para trabalhar temas em Sociologia como raça, discriminação racial e racismo.

Ao fazermos o escrutínio dos livros didáticos de Sociologia, buscando verificar se o tema problema das drogas aparecia nas obras e caracterizar como a questão era apresentada e discutida pelas ciências sociais nesse material, pudemos confirmar a nossa premissa de que o problema das drogas pode ser mobilizado como mediador de temas, conceitos e teorias das ciências sociais no contexto da educação básica, visto que os autores das obras buscaram incluí-lo em discussões de conteúdos trabalhados por essa ciência, embora ele não fosse a temática central utilizada pelos autores para abordar os conteúdos propostos. Ainda assim, e a partir dos debates propostos por eles e dos estudos feitos para esta pesquisa, entendemos que a questão das drogas, mais especificamente, o chamado “problema das drogas” se constitui como um potencial mediador de conteúdos da Sociologia no ensino médio.



E não se esgotam os temas da Sociologia que podem ser abordados tendo o problema das drogas como mediador. Partindo desta temática, sobretudo tratando da doutrina proibicionista, pode-se trabalhar os conceitos de estigma, desvio, fatos sociais, poder e dominação, entre outros. Mas, isso fica para pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

AFRÂNIO, S. *et al.* **Sociologia em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

ARAÚJO, S. M. BRIDI, M. A. MOTIM, B. L. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016.

AVELAR, L. **Barato pra quem pode**. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Ano 10, n. 110, p. 22-24, nov. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BAUMAN, Z.; MAY, T. A sociologia como disciplina. In \_\_\_\_\_. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010. Introdução, p. 11-30.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conhecimentos de sociologia. In: \_\_\_\_\_. **Orientações curriculares para o ensino médio. Ciências humanas e suas tecnologias**. v. 3. p. 101-132. 2016. Disponível em: <[http://www.cespe.unb.br/vestibular/1VEST2010/GuiaDoVestibulando/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://www.cespe.unb.br/vestibular/1VEST2010/GuiaDoVestibulando/book_volume_03_internet.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em: 20 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro Didático**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>> Acesso em: 13 dez 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC; SEB, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias no período de janeiro a junho de 2020**. Brasília, MJ; DEPEN; SISDEPEN, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/brasil>. Acesso em: 14 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

BOMENY, H. *et al.* **Tempos modernos, Tempos de Sociologia**. 3. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BORGES, J.; RIBEIRO, D. (Coord.). **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Pólen, 2019. 144p.

CARNEIRO, H. **Droga: a história do proibicionismo**. São Paulo. Autonomia Literária, 2018.

COSTA, J. H. M. De “**Futuro do País**” a um “**Problema Social**”: estudo sobre a construção da identidade social do drogado em escolas do ensino médio. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

\_\_\_\_\_. De “**futuro do país**” a um “**Problema Social**”: a identidade social do drogado em escolas de ensino médio. Curitiba: CRV, 2019.

ESCOHOTADO, A. **História elementar das drogas**. Tradução José Colaço Barreiros. Lisboa: Antígona, 2004.

FOGO CRUZADO. **Relatório sobre violência armada no mês de fevereiro de 2021 no Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/relatorio-grande-rio-fevereiro-2021/>. Acesso em: 26 abr 2021.

FRANÇA, J. M. C. **História da Maconha no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 1981.

KARAM, M. L. **A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo**. In: FIORE, Maurício. et al. (Org.), **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 105-120.

LEMGRUBER, J. (coord.) *et al.* **Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo**. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CEsSeC, março de 2021.

MACHADO, I. J. R. AMORIM, H. BARROS, C. R. **Sociologia Hoje**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2016.

MAÇAIRA, J. P. **O ensino de sociologia no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2017.

MOREIRA, F. G.; SILVEIRA, D. X.; ANDREOLI, S. B. **Redução de Danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde**. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 11, n. 3, p. 807-816, 2006.

MOTA, L. A. **Drogas e Estigma.** Trabalho apresentado na II Semana de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), abril 2005. Disponível em [www.neip.info/html/objects/\\_downloadblob.php?cod\\_blob=757](http://www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=757)

OLIVEIRA, L. F. COSTA, R. C. R. **Sociologia para Jovens do século XXI.** 4. Ed. – Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

OLIVEIRA, N. RIBEIRO, E. **O massacre negro brasileiro na guerra às drogas.** SUR Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 34-45, dez. 2018.

SANTOS, R. E. VERGUEIRO, W. **Histórias em Quadrinhos no Processo de Aprendizado:** da teoria à prática. EccoS Revista Científica, São Paulo, SP, n. 27, p. 81-95, jan-abr. 2012.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, RJ: Leya, 2017.

VARGAS, E. V. **Fármacos e outros Objetos Sócio-técnicos:** notas para uma genealogia das drogas. In: FIORE, Maurício. *et al.* (Org.), **Drogas e Cultura: novas perspectivas.** Salvador: EDUFBA, 2008, p. 41-63.

RODRIGUES, T. **Tráfico, Guerra, Proibição.** In: LABATE, B.C. *et al.* (orgs.). **Drogas e Cultura: Novas Perspectivas.** Salvador, EDUFBA, 2008b.